

O MICROCRÉDITO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A MICROFINANÇAS E PARA A INCLUSÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Lorena Borean Borghi

Graduanda em Administração pela Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: lobborghi@gmail.com

Ligia Greatti

Graduação e Mestrado em Administração. Doutorado em Administração Pública e Governo (FGV). Atualmente é Professora do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

E-mail: lgreatti@uem.br

Resumo

O Microcrédito, no contexto da microfinanças, pode ser descrito como a concessão de empréstimos de pequeno montante, com aplicação de metodologia diferenciada, destinado à atividade produtiva de microempreendedores e indivíduos de baixa renda. Este artigo tem como objetivo proporcionar melhor entendimento sobre a importância do microcrédito para a microfinanças e para a inclusão financeira no Brasil, enquanto ferramenta de geração de emprego e renda, inserção social e de desenvolvimento local. O estudo pode ser caracterizado de caráter descritivo, sendo utilizada para a coleta de dados fontes secundárias, por meio da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica contribuiu para o entendimento teórico sobre tema, que envolve microcrédito, microfinanças e inclusão financeira. A pesquisa documental foi realizada com base nos relatórios institucionais do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e demais documentos que apresentaram dados relevantes sobre o microcrédito no Brasil. Por meio da apresentação e análise dos dados, pôde ser observado que o microcrédito vem crescendo consideravelmente em todas as regiões do Brasil, tanto pelos valores concedidos, como pelo número de clientes atendidos e pelo volume de contratos realizados.

Palavras-Chave: Microcrédito. Microfinanças. Inclusão Financeira.

Abstract

Microcredit, in the context of microfinance, can be described as the granting of small loans, with application of a differentiated methodology, for the productive activity of microentrepreneurs and low income individuals. This article aims to provide a better understanding of the importance of microcredit for microfinance and for financial inclusion in Brazil, as a tool to generate employment and income, social insertion and local development. The study can be characterized by a descriptive character, being used for the collection of data secondary sources, through bibliographical and documentary research. The bibliographic research contributed to the theoretical understanding on the topic, which involves microcredit, microfinance and financial inclusion. The documentary research was carried out based on the institutional reports of the National Program of Productive Microcredit Oriented (PNMPO) and other documents that presented relevant data on microcredit in Brazil. Through the presentation and analysis of the data, it can be observed that microcredit has been growing considerably in all regions of Brazil, both for the amounts granted, as well as for the number of clients served and the volume of contracts made.

Keywords: Microcredit. Microfinance. Financial Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

As microfinanças são definidas como a prestação de serviços financeiros, para indivíduos e empresas excluídas do sistema financeiro tradicional, assim, entre os principais serviços de microfinanças, destaca-se com grande importância o microcrédito, como sendo a concessão de empréstimos de pequeno montante, para atividade produtiva (NICTER; GOLDMARK; FIORI, 2002).

Soares e Melo Sobrinho (2008) definem a atividade de microcrédito como aquela que, no contexto das microfinanças, se dedica a prestar esses serviços exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte, diferenciando-se dos demais tipos de atividade microfinanceira também pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais. É entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela importância para as políticas públicas de superação da pobreza e também pela geração de trabalho e renda. De acordo com Miguel (2012), o microcrédito é abordado não como tema exclusivamente econômico, mas como um programa governamental que representa um projeto de caráter social implantado via mercado financeiro.

O sistema de microcrédito, segundo Lima, Carvalho e Vidal (2008), não se baseia em garantias ou bens, mas em análise socioeconômica dos clientes que pretendem montar ou ampliar uma atividade que lhes dê retorno garantido, ou seja, que lhes proporcione uma renda efetiva, ainda que modesta. E o diferencial maior em relação ao sistema tradicional de financiamento, segundo os autores, é que o cliente não precisa necessariamente ir até ao banco para contratar um empréstimo, e sim os “agentes de crédito” é que vão até os clientes. Tais agentes de crédito são os responsáveis pela análise socioeconômica dos clientes, que serve de base para a decisão de concessão ou não do financiamento pleiteado.

Assim, esse artigo tem como objetivo proporcionar melhor entendimento sobre a importância do microcrédito para o setor de microfinanças e para a inclusão financeira no Brasil, observando as práticas de atuação e os resultados alcançados pelo PNMPO. De forma geral, este tema tem despertado o interesse de muitos pesquisadores, pois envolve o desafio de contribuir para a redução da desigualdade social por meio da inclusão da população de baixa renda no sistema financeiro tradicional, oferecendo serviços de microfinanças e, dentre eles, o microcrédito.

Visando atingir os objetivos, este artigo está dividido em algumas seções principais, além desta introdução. Na segunda seção é feita uma apresentação sobre o microcrédito, seu surgimento, bem como sobre o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Na terceira seção são expostos os métodos de pesquisa e de coleta de dados. Na quarta seção são apresentados os principais resultados do PNMPO e sua importância para a inclusão financeira no Brasil. Na quinta seção são feitas as considerações finais, seguidas das referências utilizadas no decorrer do trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O MICROCRÉDITO NO BRASIL E NO MUNDO

A prática do microcrédito mais conhecida mundialmente, foi elaborado pelo o professor de economia Muhammad Yunus na década de 1970, em Bangladesh, na

Ásia, desenvolvendo a ideia de que os pobres também são capazes de utilizar créditos. Sendo assim, em um país pobre, em que a taxa de analfabetismo atingia 90% da população e a fome de 1974 fazia com que as pessoas chegassem até morrer devido à desnutrição, levou com que Yunus buscasse a entender a teoria da economia com a da vida real, executando uma pesquisa de campo na aldeia de Jobra localizada perto da universidade em que ele lecionava, com o objetivo de compreender a realidade dos pobres daquela localidade (YUNUS, 2000). Notou então que

Essas pessoas não eram pobres por estupidez ou por preguiça. Elas trabalhavam o dia inteiro, realizando tarefas físicas muito complexas. Eram pobres porque as estruturas financeiras de nosso país não tinham a disposição de ajuda-las a melhorar sua sorte. Era um problema estrutural, e não um problema individual (YUNUS, 2000, p. 24).

As pessoas trabalhavam muito para sobreviver e, além disso, alguns chegavam a fazer empréstimos de intermediários e agiotas. Por consequência, a solução que Muhammad encontrava diante de tanta pobreza era o crédito. Em 1976, ele emprestou 27 dólares para 42 pessoas, podendo elas devolver o dinheiro assim que conseguissem. Iniciou, portanto, um trabalho de empréstimo para a população pobre, utilizando o seu dinheiro e a ajuda de seus alunos, por meio de confiança e recursos financeiros, sendo esperado que eles pagassem seus empréstimos e os destinassem para atividades produtivas (YUNUS, 2000).

Com apoio de bancos privados e internacionais conseguiu criar o *Grameen Bank*, que ao longo dos anos se tornou um banco de referência para a comunidade internacional de microcrédito. O *Grameen Bank*, diferentemente dos outros bancos, tinha o objetivo de atender preferencialmente as mulheres pobres, sendo que a maioria era analfabetas, dependentes de maridos e algumas rejeitadas pela família. A princípio, houve dificuldade para atraí-las, pois elas tinham receio, devido ao fato de acharem que o crédito era uma atividade feita apenas por homens. Foi necessária a constituição de grupos para desenvolvimento do *Grameen*, a fim de se ter mais confiabilidade para a consolidação dos empréstimos, o que atualmente é chamado de grupo de aval solidário. A equipe era composta por cinco pessoas escolhidas a critério dos membros, sendo que, quando ocorresse desistência de parceiros, havia a necessidade de buscar novos integrantes (YUNUS, 2000). Com esse propósito, Muhammad Yunus (2000) descreve que o empréstimo do *Grameen* não é apenas dinheiro, mas sim uma espécie de passaporte para a autodescoberta e a auto exploração.

A sede do banco estava localizada em Dacca, mas o verdadeiro *Grameen* é o campo aonde os agentes vão até seus clientes nas aldeias para se relacionar com eles, oferecendo todo apoio que os pobres precisam e a confiança na hora de fazer o empréstimo. Em setembro de 1983 foi criado o *Grameen Bank* e inaugurado em outubro desse mesmo ano, com participação acionária foi de 60% para o governo e 40% aos financiados. No ano de 1985 conseguiram mudar a distribuição do capital para 75% das ações para os financiados e 25% para o Estado (YUNUS, 2000).

A filosofia do *Grameen* nas ideologias políticas é conter o mínimo da interferência do Estado, pois assim não é possível distinguir se é um setor público ou privado, porém pode se dizer que é uma área nova nomeado de setor privado direcionado para a consciência social. Além disso, os seus objetivos sociais buscam acabar com a pobreza, proporcionar a educação para todos, ajuda médica e emprego, a igualdade do sexo para que as mulheres consigam se sustentar e a

garantia do conforto das pessoas idosas. Contudo, o *Grameen* não apoia as empresas que se baseia do lucro e não é aderente ao liberalismo econômico (YUNUS, 2000).

A preocupação com a vida dos pobres levou a criação de novas organizações, como *Grameen Shikha* (*Grameen* Educação), *GrameenPhone*, *GrameenTelecom*, *Grameen Shakti* (Energia *Grameen*), *Grameen Cybernet* e a *Grameen Communications*, das quais muitas são sem fins lucrativos (YUNUS, 2000).

Atualmente, o microcrédito se expandiu para o restante do mundo e se apresenta como uma atividade inserida no âmbito da microfinanças, pois a mesma representa um conjunto de serviços financeiros voltados a pequenas atividades produtivas e a população de baixa renda (SILVA; GÓIS, 2007). O que se conhece como microcrédito, no sentido atual, resulta de um conjunto de inovações nos modelos de negócios que visam atender a demanda potencial de crédito de populações excluídas do sistema bancário tradicional (GONZALEZ; DRIUSSO, 2008). Desse modo, pode-se definir o microcrédito como o crédito de pequeno valor ofertado para as pessoas de baixa renda com a intenção de investir em tarefas produtivas (SILVA; GÓIS, 2007).

2.2 O MICROCRÉDITO NO BRASIL

Com relação ao microcrédito, Valente (2002) expressa que existe uma diferenciação do que é produtivo em Bangladesh em relação ao Brasil. Em Bangladesh o foco é o crescimento das atividades econômicas nas comunidades, porém envolvendo o crédito com um meio de desenvolvimento da vida das pessoas, em que todos têm direito ao acesso, deixando de rejeitar os pobres no mercado financeiro. Ademais, o *Grameen Bank* incentiva seus clientes a economizar para pagar os empréstimos, ensinando o sistema financeiro como um valor.

No Brasil, os projetos públicos apresentavam o crédito como uma escolha dos pobres firmarem suas iniciativas de trabalho, que são as pequenas atividades autônomas. Enquanto que no *Grameen Bank*, situado em Bangladesh, os agentes iam até seus clientes, no Brasil os nomeados “bancos do povo” acontecia de forma ao contraria, sendo, comum as pessoas irem até suas agências em busca de empréstimos. Além disso, o seu modelo institucional era diferente, por exemplo, não combatia à pobreza, principalmente “as classes mais pobres dos pobres”, que tem menor qualidade de vida (COSTA, 2010).

No Brasil diferentemente de outros países, as iniciativas da microfinanças ocorre junto de setores públicos e com o governo promovendo programas de estímulos governamentais para pessoas com baixa renda, oferecendo créditos a elas. Barone *et al.* (2002) descrevem que o Brasil, também foi um dos pioneiros mundiais na utilização do microcrédito, dessa maneira, surgindo no ano de 1973 o programa UNO – União Nordestina a Assistência a Pequenas Entidades Empresarias, em Pernambuco. Além disso, outras instituições financeiras se manifestaram nos anos seguintes.

Mesmo que tenham sido desenvolvidas algumas experiências desde os anos de 1970, somente após a segunda metade dos anos de 1990 é que este sistema encontrou melhores condições para ser implementado. Em parte, isso ocorreu devido à estabilização econômica e aos diversos programas destinados à erradicação da pobreza, bem como às políticas públicas voltadas à promoção do

desenvolvimento local e regional (MATTEI; SILVA, 2012). Contudo, nessa década ainda havia poucas organizações de microcrédito, assim, os governos passaram a investir na ampliação dessa área para proporcionar o desenvolvimento local.

A partir do ciclo de desenvolvimento do microcrédito no Brasil (em 1996), o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) começou a dar maior importância ao tema das microfinanças. Neste contexto foi criado, em 1996, o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), oferecendo uma linha de crédito para instituições que trabalham com microfinanças no país, promovendo o desenvolvimento institucional e buscando criar novos canais de distribuição dos recursos financeiros capaz de propiciar crédito aos microempreendedores, formais e informais, e às microempresas, que geralmente têm dificuldades de acesso à rede bancária tradicional (BARONE *et al.*, 2002).

O Banco do Povo Paulista surge em 1998 proporcionando o crescimento social e econômico local e a geração de renda, realizando os empréstimos para trabalhadores formais e informais, das regiões urbanas e rurais, microempreendedores individuais, cooperativas e associações produtivas. Além disso, os créditos eram diferenciados para pessoa física e jurídica, cooperativas e associações produtivas. Os valores variavam de R\$200,00 a R\$15.000,00, tendo o prazo de pagamento de até 36 meses, com a menor taxa de juros do país, com 0,5% ao mês. Para conseguir o empréstimo havia alguns requisitos, como o tomador ter idade superior a 18 anos ou emancipado legalmente (acima de 16 anos), possuir uma renda de até R\$360.000,00 durante o período de 12 meses e não ter restrições cadastrais nos programas SCPC, Serasa e Cadin Estadual (BANCO DO POVO PAULISTA, 2013).

As empresas particulares tentaram entrar no mercado do microcrédito com ações de possibilitar empréstimos a negócio em formação, sendo que o cliente deveria trabalhar no ramo no mínimo seis meses. Esse novo plano tinha o objetivo de disponibilizar empréstimos com juros de até 1% ao mês e trabalhar com exigências maleáveis de garantia, que na prática o cliente poderia tomar empréstimos com a SCM (Sociedade de Crédito ao Microempreendedor) sem precisar de avalista e alienação de um. As taxas de juros seriam obtidas pelo “fundo perdido” do Banco do Povo Paulista. O problema foi que houve discussões em relação à taxa de juros de 1% ao mês, já que as outras SCM cobravam em média 4%, com isso, acreditavam que esses juros não liquidavam os custos administrativos e sem considerar os custos de captação de recursos do mercado financeiro. A SCM desde o começo poderia ter usado outra estratégia, que não precisasse de mandato governamental e ser uma atividade autossustentável, ao invés de ser assistência social. Além disso, em certo tempo a demanda de microcrédito seria superior aos que as verbas das organizações doadoras poderiam financiar (COSTA, 2010).

Com a experiência internacional, percebeu-se que a maioria dos devedores pobres conseguia pagar taxas de juros altas, garantindo a sustentabilidade do mercado com microcrédito, por causa do capital de giro e a “lei dos rendimentos decrescentes”, esse último nomeado pelos economistas, na qual, a empresa grande não pode pagar taxas de juros elevados por empréstimos como a que pagaria ao microempreendedor. Portanto, era mais relevante o empreendedor pobre ter acesso ao financiamento do que os custos desse financiamento (COSTA, 2010).

No Brasil o microcrédito vem sendo perceptível nos últimos anos, se tornando um grande mecanismo de combate à pobreza e a maioria das instituições que ainda existem são recentes. O seu fortalecimento vem ocorrendo pela

estabilidade econômica e com o poder público que vem colaborando com esse sistema. O maior desafio do microcrédito no Brasil é ter bastante produtividade e pouca inadimplência, para uma indústria microfinanceira com organizações que disponibilizem serviços financeiros de modo permanente (BARONE et al, 2002).

As principais características do microcrédito são o crédito produtivo, a ausência de garantias reais, o crédito orientado pelos agentes, o crédito adequado ao ciclo do negócio, baixo custo de transação e elevado custo operacional e a ação econômica com forte impacto social (BARONE *et al.*, 2002). Além disso, tem como principais inovações os empréstimos em grupo, o agente de crédito, empréstimos progressivos, frequência de pagamentos (GONZALEZ; DRIUSSO, 2008).

Há três diferenciações de atividades de créditos que foram estabelecidas no Brasil recentemente, sendo elas: o Microcrédito – serviços de crédito voltados para a população de baixa renda; o Microcrédito Produtivo – Serviços de crédito voltados às micro e pequenas atividades produtivas; e o Microcrédito Produtivo Orientado – Serviços de crédito voltados às micro e pequenas atividades produtivas, como uso de metodologia baseada na ação de agentes de crédito. Esse último, adotado pelo governo Federal, gerando a lei do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) (SILVA; GÓIS, 2007).

As políticas governamentais vêm incentivando as empresas financeiras formais e as que lidam com microcrédito, a fim de certificar que as pessoas consigam empréstimos de baixo custo, além disso, elaborar fontes adicionais para o financiamento das operações do microcrédito com o intuito de ampliar o crédito e fazer com que os agentes do sistema financeiro, público ou privado estimulem o microcrédito (RIBEIRO, 2009). Desse modo, a inclusão de algumas leis também colaborou para o desenvolvimento do microcrédito, como as

Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs (Lei Federal nº 9.790/1999), que reconheceu o microcrédito com um de seus objetos sociais possíveis; e a criação das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (Lei Federal nº 10.194/2001) e à Empresa de Pequeno Porte (incluída pela Lei Federal nº 11.524/2007), para a concessão de microcrédito com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial (RIBEIRO, 2009, p.12).

O desenvolvimento dessas ações políticas, fez com que o governo federal sugerisse um novo marco legal ao Congresso Nacional resultando na Lei Federal nº 11.110/2005, que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) (RIBEIRO, 2009). Esse programa busca vulgarizar o crédito no Brasil, por meio de fortalecimento da economia popular solidária (DANTAS, 2012).

2.3 O PROGRAMA NACIONAL DO MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

O Programa Nacional de Microcrédito produtivo Orientado (PNMPO) foi consolidado em 2005, com o propósito de certificar as instituições de microcréditos que exercem no país, a atuação nas pequenas entidades produtivas e no processo de operação em relação ao agente, a fim de evitar superendividamento e a inadimplência. Os objetivos são estimular a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares e viabilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado, fortalecendo essa operação (ARAÚJO, 2012).

O PNMPO é seguido das normas do sistema de concessão do microcrédito dos princípios e preceitos mostrado por Yunus e se aproximando do modelo do

Grameen Bank (RIBEIRO, 2009). E atua como motivação do microcrédito, por meio da promoção de seminários anuais. O conceito de microcrédito produtivo conforme a Lei Federal nº 11.110/2005, Art. 1º. § 3º

Considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica (BRASIL, 2005, Art. 1).

As empresas de microcréditos habilitadas pelo PNMPO, por meio de um agente mantém uma relação direta com o empreendedor, assim, eles fazem um levantamento socioeconômico, analisando o potencial do negócio bem como a necessidade do valor do financiamento e a capacidade de pagamento do tomador de crédito (ARAÚJO, 2012).

De acordo com a Lei nº 11.110/2005, Art. 1º. § 6 as Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado - IMPO's certificadas a operar o microcrédito são as cooperativas singulares de crédito, as agências de fomento, as sociedades de crédito ao microempreendedor e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (BRASIL, 2005). Assim, para que essas instituições operem, é necessário que elas realizem o cadastro e firmar termo de compromisso para conseguir aptidão junto com o MTE. Além disso, em concordância com a lei, os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento, os bancos cooperativos e as cooperativas centrais de crédito podem exercer como repassadores para as IMPO's, por meio de Agentes de Intermediação (AGI) ou de Instituições Financeiras operadoras (IFO) (ARAÚJO, 2012).

3 METODOLOGIA

O estudo apresentado neste artigo pode ser considerado como um estudo descritivo, pois tem como objetivo descrever sobre a importância do microcrédito para a inclusão financeira no Brasil. A pesquisa foi realizada de forma qualitativa, por aplicar técnicas interpretativas que procuram descrever, analisar e de alguma forma chegar a um acordo com o sentido, não a frequência, de determinados fenômenos que ocorrem naturalmente no mundo social (VAN MAANEN, 1979). Procura trazer maior profundidade e significado para as informações e acontecimentos.

Os dados foram coletados em fontes secundárias por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (1991), abrange o estudo a respeito da bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Tem como finalidade colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito sobre determinado assunto, permitindo o reforço na análise ou na manipulação dos dados. A pesquisa bibliográfica foi realizada a respeito do tema microcrédito, microfinanças e sua importância para a inclusão financeira. A pesquisa documental é a pesquisa na qual a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, constituindo o que se denomina de fontes primárias, tais como documentos de arquivos públicos ou privados, leis, relatórios, contratos, censo, etc (LAKATOS; MARCONI, 1991). Neste estudo foram analisados documentos digitais, bem como informações disponíveis no site do programa analisado. Fez-se uso da verificação de documentos e relatórios sobre o microcrédito, do período de 2005 a 2015, no âmbito do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado

(PNMPO), disponível no site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.portalfat.mte.gov.br).

Os dados foram selecionados de acordo com a sua relevância para o estudo e foi realizada uma análise descritiva do conteúdo, buscando mostrar as práticas e os resultados do microcrédito no Brasil.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PRINCIPAIS RESULTADOS DO PNMPO

Desde 2005, os recursos emprestados em forma de microcrédito, por intermédio do PNMPO, veem aumentando gradativamente e o programa vem ganhando força, devido às ações locais das instituições repassadoras em ofertar os recursos aos microempreendedores. O Ministério do Trabalho, por ser alocador do PNMPO, divulga em seu site relatórios com os principais resultados proporcionados pelo programa (BRASIL, 2015). Os relatórios disponíveis contemplam o período de 2005 a 2015 e reúne informações como volume de crédito concedido, clientes atendidos por gênero, por situação jurídica, por ramo de atividade, operações e volume de créditos por região, por instituição operadora, entre outros.

A Tabela 1 apresenta a execução consolidada do PNMPO de 2005 até o 3º trimestre do ano de 2015. Desde sua existência foi concedido um volume total acumulado de crédito de R\$ 50.424.910.155,65 e foram realizadas 28.949.608 operações de Microcrédito Produtivo Orientado. Além disso, nota-se que nos anos de 2012 e 2013 houve aumentos consideráveis, de 48,06% e 49,76%, respectivamente, no volume de operações com relação aos anos anteriores, e nos anos seguintes o número de operações diminuíram. O volume de crédito concedido (em R\$) aumentou anualmente em proporções maiores do que o aumento do número de contratos, sendo que nesse mesmo período (2012 e 2013), também houve os maiores aumentos, de 58,71% e 56,23%, respectivamente, pois seus valores nominais aumentaram de R\$ 6.504.785.890,40 para R\$10.162.675.000,69. Cabe ressaltar que a redução das operações de microcrédito de 2014 para 2015, apresentada na tabela, se deve ao fato de que os valores referentes a 2015 serem apenas até o 3º trimestre.

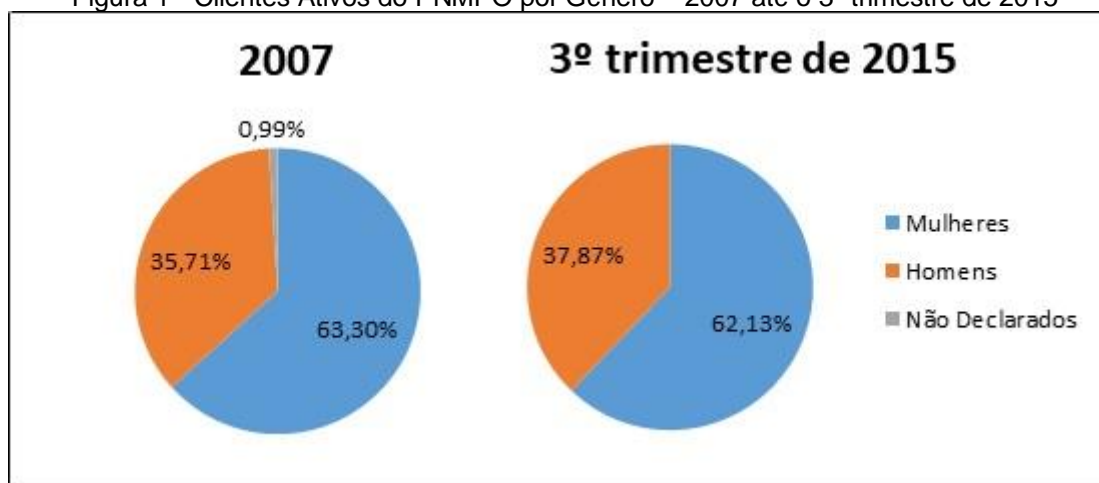
Tabela 1- Execução Consolidada do PNMPO – 2005 até o 3º trimestre de 2015

Ano	Operações do Microcrédito (em unidade)	Variação anual (em unidade)	Valores Nominais Concedidos (em R\$)	Variação anual (em R\$)
2005	632.106	-	602.340.000,00	-
2006	828.847	31,12%	831.815.600,78	38,09%
2007	962.942	16,17%	1.100.375.829,94	32,28%
2008	1.280.680	32,99%	1.825.147.592,77	65,86%
2009	1.620.656	26,55%	2.323.599.790,69	27,31%
2010	1.966.718	21,35%	2.998.623.914,48	29,05%
2011	2.576.559	31,01%	4.098.289.416,62	36,67%
2012	3.814.781	48,06%	6.504.785.890,40	58,71%
2013	5.713.091	49,76%	10.162.675.000,69	56,23%
2014	5.667.287	-0,80%	11.646.316.132,59	14,59%
2015	3.885.941	-31,43%	8.330.940.986,69	-28,46%
Total	28.949.608	-	50.424.910.155,65	-

Fonte: Elaborado com base em Brasil (2008) e Brasil (2015).

Com relação ao gênero dos clientes os dados só foram apresentados a partir de 2007, desse modo, a Figura 1 mostra que o número total de clientes ativos foi de 513.032 pessoas no ano de 2007, sendo que 63,3% são mulheres. Ademais, exibe 3.117.893 do número total de clientes ativos até o 3º trimestre de 2015, apresentando novamente uma forte presença do gênero feminino com 62,13%. Yunus (2000) evidencia que um dos objetivos do microcrédito é atingir o público pobre e, entre esses mais pobres, priorizar as mulheres, pois elas usam os recursos para ajudar a família e os filhos. Nota-se, por conseguinte, que o principal público atendido pelo PNMPO também são as mulheres.

Figura 1 - Clientes Ativos do PNMPO por Gênero – 2007 até o 3º trimestre de 2015



Fonte: Elaborado com base em Brasil (2007) e Brasil (2015).

A situação jurídica dos tomadores do microcrédito perante o PNMPO, que também foram exibidos apenas a partir de 2007, pode ser vistas na Tabela 2 que informa a distribuição dos clientes correspondentes aos anos de 2007 até o 3º trimestre de 2015. Os dados ressaltam que os empreendedores informais possuem uma grande frequência, com índices próximos a totalidade, mesmo com o aumento dos clientes ativos no período de oito anos, ou seja, dos clientes ativos em 2015, 95,55% eram empreendedores informais. Reymão (2010) descreve que o foco do microcrédito está nos pobres que não possui alcance ao mercado de crédito, empréstimos de pouco valores médios, falta de garantia, o uso de colaterais substitutos, proximidade de cliente e funcionário, agentes intermediários e taxas de juros que torna as instituições microfinanças suportável. O público alvo do microcrédito perante o PNMPO, portanto, são os empreendedores informais.

Tabela 2 - Clientes do Microcrédito Produtivo Orientado por Situação Jurídica – 2007 até o 3º trimestre de 2015

Situação Jurídica	Clientes Ativos (2007)	Porcentagem	Clientes Ativos (3º trimestre de 2015)	Porcentagem
Formais	21.752	4,24%	138.597	4,45%
Informais	485.739	94,68%	2.979.296	95,55%
Não Declarados	5.541	1,08%	-	-
Total	513.032	100,00%	3.117.893	100,00%

Fonte: Elaborado com base em Brasil (2007) e Brasil (2015).

Quanto à distribuição dos clientes ativos e valores concedidos por ramos de atividades, os dados disponíveis foram a partir do ano de 2009 até o 3º trimestre de 2015 que estão nas Tabelas 3 e 4. Assim, a Tabela 3 demonstra uma grande quantidade dos clientes com microcréditos aplicados no comércio, chegando a 86,69% do valor total de clientes ativos no ano de 2009 e 63,34% até o 3º Trimestre de 2015. Evidencia-se, por consequência, que durante o ano de 2009 até o 3º trimestre de 2015, houve um aumento expressivo no número de clientes ativos (de 76,08%) passando de 745.733 para 3.117.894. Já a Tabela 4, também aponta que os maiores valores concedidos foi no comércio em relação às outras atividades, com 86,40% em 2009 e 68,55% até o 3º trimestre de 2015. Consequentemente aumentando os valores concedidos totais, de R\$ 671.480.398,38 em 2009 para R\$ 2.859.959.106,51 até o 3º trimestre de 2015.

Tabela 3 - Clientes Ativos do PNMPO por Ramos de Atividade – 2009 até o 3º Trimestre de 2015

Ramo de Atividade	2009		Até o 3º Trimestre de 2015	
Agricultura	2.251	0,30%	5.151	0,17%
Comércio	646.448	86,69%	1.984.379	63,64%
Indústria	17.715	2,38%	52.445	1,68%
Serviços	71.543	9,59%	183.623	5,89%
Outros	7.776	1,04%	892.296	28,62%
Total	745.733	100,00%	3.117.894	100,00%

Fonte: Elaborado com base em Brasil (2009) e Brasil (2015).

Tabela 4 - Valores Concedidos (R\$) do PNMPO por Ramos de Atividade – 2009 até o 3º Trimestre de 2015

Ramo de Atividade	2009		Até o 3º Trimestre de 2015	
Agricultura	1.323.452,23	0,20%	7.901.394,65	0,28%
Comércio	580.177.345,23	86,40%	1.960.578.064,63	68,55%
Indústria	19.326.004,44	2,88%	57.783.882,69	2,02%
Serviços	65.386.209,21	9,74%	208.544.032,52	7,29%
Outros	5.267.387,27	0,78%	625.151.732,02	21,86%
Total	671.480.398,38	100,00%	2.859.959.106,51	100,00%

Fonte: Elaborado com base em Brasil (2009) e Brasil (2015).

Na Tabela 5 esta caracterizada as operações de microcrédito realizadas por região geográfica do Brasil no ano de 2011 até o 3º Trimestre de 2015. Embora esses dados só tenham sido informados a partir de 2011, evidencia-se uma grande quantidade de recursos destinados para a região Nordeste, que é onde estão localizadas as comunidades mais carentes, resultando em 85,16% e 76,61% do percentual total de microcrédito concedido no ano de 2011 até o 3º Trimestre de 2015, respectivamente.

Com relação ao total, de contratos realizados e clientes atendidos até o 3º Trimestre de 2015, as tabelas apontam que a região Nordeste diminuiu os contratos realizados de 91,27% em 2011 para 81,03% em 2015 e caiu o número de clientes atendidos de 91,02% para 82,5% no mesmo período. Por outro lado, houve um aumento na região Sudeste de 4,92% para 12,02% do total dos contratos realizados e dos clientes atendidos passou de 5,12% para 10,81% do total.

A região Norte por sua vez, em comparação com as demais regiões, foi a que menos se destacou nas operações de microcrédito, tendo menores resultados.

No entanto, de forma geral, nota-se um grande progresso durante os anos exibidos, quanto aos contratos realizados, clientes atendidos e valores concedidos.

Tabela 5 - Operações de microcrédito realizadas por região do Brasil - 2011 até o 3º Trimestre de 2015

Regiões	Contratos Realizados		Clientes Atendidos		Valor Concedido (R\$)	
	2011	3º trim. 2015	2011	3º trim. 2015	2011	3º trim. 2015
Norte	0,17%	0,72 %	0,53%	1,08%	0,03%	1,11%
Nordeste	91,27%	81,03%	91,02%	82,5%	85,16%	76,61%
Centro-Oeste	0,6%	2,03%	0,83%	1,75%	1,04%	2,4%
Sudeste	4,92%	12,02%	5,12%	10,81%	6,7%	12,5%
Sul	3,04%	4,2%	2,5%	3,86%	7,07%	7,38%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado com base em Brasil (2011) e Brasil (2015).

A Tabela 6 demonstra o crescimento do número de Instituições habilitadas ao PNMPO, desde sua formação. Com a celebração do Ano Internacional do Microcrédito, em 2005, reforça a ampliação e a motivação das instituições na participação do Programa Nacional recém criado. Os dados, portanto, enfatiza a continuidade e o aumento das entidades interessadas a entrar no Programa, notando assim, a expansão de 471 instituições do ano de 2005 para o ano de 2015.

Tabela 6 - Constituição Jurídica das Instituições de Microcrédito

Constituição Jurídica	2005	2010	2015
Agência de Fomento	2	8	10
Banco Cooperativo	0	1	1
Banco de Desenvolvimento	0	2	4
Cooperativa Central de Crédito	0	4	6
Cooperativa de Crédito	0	147	296
IFO – Instituição Financeira Operadora	0	5	12
OSCIP	40	135	164
SCM	10	22	28
Sociedades Operadoras de MPO	0	0	2
Total	52	324	523

Fonte: Elaborado com base em Brasil (2007), Brasil (2010) e Brasil (2015).

A Tabela 7 enfatiza a Carteira Ativa por Constituição Jurídica do primeiro semestre de 2011 até o terceiro trimestre de 2015. Esses dados só foram demonstrados a partir do ano de 2011. Nota-se que o maior volume de microcrédito produtivo orientado está centralizado no Banco de Desenvolvimento com 70,19% em 2011. No entanto, percebe-se que caiu o valor da Carteira Ativa do Banco de Desenvolvimento em 2015, para 48,98% do total, mas por outro lado, aumentou o das IFO nos anos de 2011 para 2015, com 0,05% e 39,73%, respectivamente. As

cooperativas de crédito ocupam a terceira posição e as OSCIPs a quarta posição, em 2015.

Tabela 7 - Carteira Ativa por Constituição Jurídica - 1º Sem. 2011 e 3º Trim. 2015

Constituição Jurídica	Valor da Carteira Ativa em 30/06/11		Valor da Carteira Ativa em 30/09/2015	
Agência de Fomento	17.028.116,27	1,42%	25.409.406,24	0,45%
Banco Cooperativo	16.691.528,26	1,39%	-	-
Banco de Desenvolvimento	842.548.203,55	70,19%	2.744.439.334,89	48,98%
Cooperativa de crédito	47.463.775,85	3,95%	356.970.722,23	6,37%
IFO – Instituição Financeira operadora	660.000,00	0,05%	2.226.263.824,84	39,73%
OSCIP	268.656.588,84	22,38%	150.836.961,35	2,69%
SCM	7.402.818,50	0,62%	99.740.237,60	1,78%
Total	1.200.451.031,27	100%	5.603.660.487,15	100,00%

Fonte: Elaborado com base em Brasil (2011) e Brasil (2015).

Os resultados coletados do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, com base nas operações de microcrédito, valores concedidos, contratos realizados, clientes ativos, ramos de atividades, situação jurídica e as instituições nas regiões do Brasil, revelaram o crescimento do microcrédito desde a criação do programa. Mostra assim, que o mesmo vem colaborando para a inclusão financeira da população de baixa renda, ajudando principalmente o público feminino e as pessoas físicas ou microempreendedores informais a terem acesso ao crédito de uma forma que atenda suas necessidades. Do mesmo modo, mostra o atendimento que o programa vem concedendo para a região Nordeste, substancialmente maior do que para as demais regiões. Sendo este um ponto positivo, uma vez que o Nordeste é a região do Brasil com o maior volume de população carente, e que não tem acesso a serviços financeiros, especialmente ao crédito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi demonstrar a importância do microcrédito para a microfinanças e para a inclusão financeira do Brasil. Para isso, foi realizada de forma qualitativa por proporcionar maior entendimento sobre o assunto. Desse modo, os dados coletados foram efetuados com base nos relatórios institucionais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), disponíveis no site do Ministério do Trabalho e emprego, e outros documentos considerados importantes sobre o microcrédito no Brasil.

O microcrédito é uma atividade inserida no campo da microfinanças, que representa um serviço financeiro, ofertando créditos para as pessoas de baixa renda e pequenos setores de produtividade. Uma das grandes referências de instituição de microcrédito é o Banco Grameen situado em Blagadesh, que foi desenvolvida pelo professor de economia Muhammad Yunus. No Brasil essa prática é um pouco diferente, pois, ocorre nos setores públicos e com a ajuda do governo, além disso, essa ação vem contribuindo com o combate a pobreza do país.

Com os incentivos das ações políticas governamentais, em 2005, surgiu um novo marco legal do microcrédito, resultando o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo orientado (PNMPO), com os objetivos de geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares e proporcionar recursos para o microcrédito produtivo orientado. Contudo, o PNMPO busca atender as pessoas de baixa renda, sendo formais ou informais, além disso, priorizando o público feminino.

Por meio da análise dos documentos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), foi possível concluir, que o microcrédito está aumentando desde a sua criação (em 2005) até 3º trimestre do ano de 2015, percebendo pelas variáveis, como, valores concedidos, operações de microcrédito, público alvo, ramo de atividades e constituições jurídicas. Em relação ao número de operações de microcrédito, em 2013 chegou a atingir 5.713.091 unidades tendo R\$ 10.162.675.000,69 de valores nominais concedidos. O público alvo destacado entre os anos de 2007 até o 3º trimestre do ano de 2015 foi às mulheres, com mais de 60% e os empreendedores informais, atingindo acima de 90%, assim, reforçando os objetivos do PNMPO. Os ramos de atividades de pequeno porte que os clientes trabalham são a agricultura, comércio, indústria, serviços e outros, tendo maior destaque na área do comércio.

A região Nordeste do Brasil apresentou maiores números quanto aos contratos realizados, clientes atendidos e valores concedidos por ser um local de população pobre. Quanto às constituições jurídicas das instituições de microcrédito, também indicaram uma expansão, assim, como a carteira ativa. O PNMPO, dessa forma, vem crescendo e contribuindo para geração de trabalho e recursos para as pessoas que possuem baixa renda.

Esse estudo, portanto, ressalta que o microcrédito é importante para o setor de microfinanças e para a inclusão financeira do Brasil. Além disso, os objetivos foram atingidos por meio dos resultados coletados do PNMPO durante o período de dez anos (de 2005 até o 3º trimestre do ano de 2015), contudo, evidenciando que o microcrédito ajuda a população pobre que não tem acesso ao crédito e, ao mesmo tempo, contribuindo para o desenvolvimento do país. Estudos futuros podem ser feitos com dados recentes do PNMPO e a execução dos Bancos Públicos Federais, a fim de, comparar dados, como, valores concedidos, clientes ativos e contratos realizados entre as instituições.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mara Regina de. **O microcrédito e o combate à pobreza: entraves e desafios para o fortalecimento do setor de microfinanças no Brasil**. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2012.

BANCO DO POVO PAULISTA: ENTENDA COMO FUNCIONA E QUEM PODE UTILIZAR. **Portal do governo**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.sao-paulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/banco-do-povo-paulista-entenda-como-funciona-e-quem-pode-utilizar-1/>>. Acesso em: 23 Jul. 2018

BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi; REZENDE, Valéria. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília, Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BRASIL. Lei nº 11.110, de 25 de Abril de 2005. **Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Câmara dos Deputados.** Legislação. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11110-25-abril-2005-536683-publicacaooriginal-27600-pl.html>> Acesso em: 07 Out. 2018. 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado.** Brasília: PNMPO, 2008. Disponível em: <<http://portal.fat.mte.gov.br/programas-e-acoas-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/sistema-de-informacoes-do-pnmpo/>> acesso em: 24 Set. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Atividades de 2007.** Brasília: PNMPO, 2007. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Relatorio_2007.pdf> Acesso em: 04 Ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Atividades de 2008.** Brasília: PNMPO, 2008. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/RELATORIO-PNMPO-3%C2%BA-TRI-2015.pdf>> Acesso em: 05 Ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Atividades de 2009.** Brasília: PNMPO, 2009. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Relatorio_4trim2009.pdf> Acesso em: 05 Ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego **Relatório de Atividades de 2010.** Brasília: PNMPO, 2010. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Relatorio_4trim2010.pdf> Acesso em: 05 Ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Atividades de 2011.** Brasília: PNMPO, 2011. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Relat%C3%B3rio-2%C2%BA-Tri-2011.pdf>> Acesso em: 05 Ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de Atividades de 2015.** Brasília: PNMPO, 2015. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/RELAT%C3%93RIO-PNMPO-2%C2%BA-TRI-2015.pdf>> Acesso em: 05 Ago. 2018.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Microcrédito no Brasil.** Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, SP, n. 175, abr. 2010. (texto para discussão).

DANTAS, Diogo Willavian Maciel. **O Impacto do Microcrédito na Expansão de Pequenos Empreendimentos:** análise do Programa Amazônia Florescer, na cidade de Ananindeua. Universidade Federal do Pará. Belém do Pará, 2012.

GONZALEZ, Lauro; DRIUSSO, Marcelo. Inovações no Microcrédito. **GVEXECUTIVO**, v. 7, n. 3, p. 54-59, maio/jun. 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica.** 2. ed. São Paulo: Atlas S. A., 1991.

LIMA, M. L. S.; CARVALHO, L. A.; VIDAL, M. B. Microfinanças e inclusão social – um Estudo de Caso. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 56., 2008. Rio Branco. **Anais...** Acre, 2008.

MATTEI, Lauro; SILVA, Ronei Antonio da. **O papel do microcrédito no ambiente local**: evidências a partir do programa banco da família. Florianópolis: UFSC, 2012.

MIGUEL, Antonia Celene. Microcrédito no Brasil: uma agenda de política pública para o mercado de microfinanças. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara-SP, v. 4, n. 2, jan./jul. 2012, p. 02.

NICHTER; GOLDMARK; FIORI. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro**. PDI/BNDES, 2012.

REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão. **O capital social dos pobres garante seu acesso ao crédito?** Um estudo comparado de experiências de microcrédito no Brasil e no Chile, Tese UNB, Brasília, 2010.

RIBEIRO, Daniel de Araújo. **Microcrédito como Meio de Desenvolvimento Social**. Dissertação de Mestrado. Nova Lima/MG: 2009.

SILVA, R. V. M.; GÓIS, L. S. **As diferentes metodologias de microcrédito no mundo e no Brasil**. 2007.

SOARES, M.; MELO SOBRINHO, A. **Microfinanças** – o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. 2. ed., Brasília, Banco Central do Brasil, 2008.

VALENTE, Monica. **Do Microcrédito às Microfinanças**. Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise. Nov. 2002.

VAN MAANEN, John. Reclaiming Qualitative Methods for Organizational Research: A Preface. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, p. 520-524; 1979.

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2000.